

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
1ª VARA DO TRABALHO DE SETE LAGOAS – MG**

JUIZ TITULAR DA VARA: CLÉBER JOSÉ DE FREITAS



Lei de Criação: Lei 6.563 de 19/09/1978

Data da instalação: 09/03/1979

Jurisdição: Sete Lagoas, Araçai, Baldim, Cachoeira da Prata, Caetanópolis, Cordisburgo, Fortuna de Minas, Inhaúma, Jequitibá, Paraopeba, Santana de Pirapama e Santana do Riacho.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 29/08/2011, p. 2.

ATA DE CORREIÇÃO

Às nove horas e trinta minutos do dia trinta de agosto de 2011, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. **Fernando Antônio Viégas Peixoto**, deu início à Correição Ordinária na 1ª Vara do Trabalho de Sete Lagoas, situada na rua José Duarte de Paiva, nº 815, 1º andar, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pelo MM. Juiz do Trabalho, Dr. **Cléber José de Freitas**, Titular da Vara desde 22/10/1999; pelo MM. Juiz do Trabalho Auxiliar, Dr. **Geraldo Magela Melo**; pela Diretora de Secretaria, Sra. Nadege da Silva Vieira; pelos servidores Adriana da Costa Dornelas, Andréa de Jesus Carvalho, Andréia Soares Pacheco, Cláudia Reis de Almeida Maciel, Diana Sara de Araújo Abreu, Eliana de Melo Guimarães Rodrigues, Elmar Daniel da Fonseca, Evandro Diniz Silveira, Frederico Dênis da Rocha Cota, Helena Maria Santos (**servidora mais antiga do TRT nesta Vara, tendo ingressado em 11/08/1987**), Jacqueline Maria Avelar Fernandino, Lúcia Maria Fernandes da Silva Cota, Maria José Leão França Cota e Rogéria Cristine de Souza; pelas estagiárias Anelise Rocha Leão, Camila Vieira Guimarães e Márcia Adriana da Costa Rocha e por Elisângela Tomaz de Faria, funcionária da FENEIS.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Desembargador Auxiliar da Corregedoria examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA:

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMATÓRIAS – Do mencionado protocolo, consta o registro de 1.417 (mil quatrocentos e dezessete) processos distribuídos até o dia 29/08/2011, apurando-se a média de 9,32 (nove vírgula trinta e dois) processos por dia útil.

1.2. PAUTA – As audiências dos processos submetidos ao rito sumaríssimo e ao rito ordinário, bem como as audiências para realização da instrução processual estão sendo designadas, segundo dados do dia 30/08/2011, extraídos do mapa de horários do sistema informatizado da Secretaria, conforme abaixo relacionadas, destacadamente:

- a) **rito sumaríssimo**: 13/09/2011;
- b) **rito ordinário**: 20/09/2011;
- c) **instrução**: 17/11/2011.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 154 (cento e cinquenta e quatro) cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 134 (cento e trinta e quatro) foram devolvidas para os Juízos Deprecantes.

1.4. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 224 (duzentas e vinte

e quatro) cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 162 (cento e sessenta e duas) foram devolvidas pelos Juízos Deprecados.

1.5. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 244 (duzentos e quarenta e quatro) autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 206 (duzentos e seis) processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.6. CARGA PARA O(A) MERITÍSSIMO(A) JUIZ(A) DO TRABALHO – Há 3 (três) autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.7. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 143 (cento e quarenta e três) autos de processos com carga, das quais 41 (quarenta e uma) vencidas, porém cobradas e/ou com dilação de prazo deferida.

1.8. CARGA PARA PERITOS – Constatam 49 (quarenta e nove) autos de processos com carga, das quais 24 (vinte e quatro) vencidas, porém cobradas e/ou com dilação de prazo deferida.

1.9. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 1.674 (mil seiscentos e setenta e quatro) mandados expedidos no ano em curso, dos quais 48 (quarenta e oito) pendentes de cumprimento, dentro do prazo.

1.10. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 68 (sessenta e oito) autos de processos com carga para o Setor de Cálculos, todos dentro do prazo.

1.11. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 1.787 (mil setecentos e oitenta e sete) processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 1.621 (mil seiscentas e vinte e uma) execuções trabalhistas *stricto sensu*, constantes do Quadro I, item 23, excluindo-se os processos de executivo fiscal;
- b) 166 (cento e sessenta e seis) execuções fiscais, constantes do Quadro II-A, item 19, lançadas no Boletim Estatístico sob a denominação “execução penalidade administrativa imposta”;
- c) nenhum processo arquivado provisoriamente, conforme Quadro I, item 24;
- d) nenhuma execução de contribuições previdenciárias, inserida no Quadro XII, item 5.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara do mês de julho de 2011.

Em relação às Varas do Trabalho de mesma movimentação processual no ano de 2010, cuja média de processos em fase de execução foi de 1.301 (mil trezentos e um), constatou-se que esta Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução acima da média.

1.12. PROCESSOS RECEBIDOS DA JUSTIÇA FEDERAL E DA JUSTIÇA ESTADUAL EM DECORRÊNCIA DA EMENDA 45 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – De acordo com o levantamento realizado nos Quadros II-C dos Boletins Estatísticos, ano 2010, constatou-se que esta Vara do Trabalho recebeu 2 (duas) ações relativas à nova competência da Justiça do Trabalho.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados nesta Vara do Trabalho, conforme discriminação a seguir:

2.1. PROCESSOS EM PAUTA – Na pauta do dia 30/08/2011 havia 17 (dezesete) processos:

- a) **rito sumaríssimo:** 5 (cinco) processos;
- b) **rito ordinário:** 4 (quatro) processos;
- c) **instrução:** 6 (seis) processos;
- d) **tentativa de conciliação na fase de execução:** 2 (dois) processos.

Foram examinados os autos dos processos 01403/11, 00129/10, 00676/11, 01411/11, 01493/11, 01494/11, 01498/11, 00943/11, 00938/11 e 02192/10, constantes da pauta, no tocante aos seguintes aspectos:

1) petição inicial; 2) autuação: a) numeração das folhas; b) cronologia dos atos; c) documentos grampeados em folhas; d) certificação da quantidade de documentos colados em folhas; e) inutilização do verso em branco das folhas; f) encerramento e abertura de volumes; 3) dos atos: a) termos de juntada e certidões (artigos 161, 168, 169, Parágrafo Único, e 171 do CPC); 4) prazos: a) designação das audiências do rito sumaríssimo; b) atos da Secretaria; c) atos do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a): sentenças e despachos.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – Exame dos autos dos processos 01385/11, 01370/11, 01298/11, 00980/11, 01297/11, 01249/11, 01195/11, 90210/09, 00360/11 e 90072/09 quanto: aos registros da tramitação na capa do processo; à regularidade do despacho “cumpra-se”; à expedição dos mandados (Provimento 01/2008/TRT da 3ª Região); aos prazos e atos processuais; ao cumprimento e devolução de mandados; à regularidade do cumprimento das cartas precatórias e à regularidade na numeração, conforme artigo 15, § 1º, do Provimento 01/2008 do TRT.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 01298/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 6 (mais de 15 dias);
- 00980/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 13 (mais de 15 dias);
- 0360/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 46/47 (mais de 40 dias).

2.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – Examinaram-se os autos dos processos 00399/11, 01221/04, 01050/11, 01079/11, 00019/11, 00717/11, 00777/11, 01687/09, 01492/11 e 00579/11,

Foram analisados os itens relativos ao acompanhamento do cumprimento das cartas precatórias; ao depoimento das partes antes da expedição da carta precatória inquiritória; à regularidade dos atos e prazos processuais; à expedição de ofício à Corregedoria quando não prestadas informações pela Vara Deprecada e à baixa da carta precatória no sistema informatizado da Secretaria da Vara quando da devolução dos autos.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 01050/11: ausência de depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, contrariando recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);
- 01687/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 119 (mais de 20 dias).

2.4. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Foram examinados os autos dos processos 00098/10, 00338/11, 00900/10, 00848/09, 02066/09, 01029/09, 01303/09, 00116/10, 00042/10 e 01694/09 nos seguintes aspectos: registro de atos processuais relevantes no sistema informatizado (ex: liquidação de sentença, oposição de embargos e data de conclusão dos autos ao Juiz(a) para decisão); cumprimento da sentença ou acordo; imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de sentença; regularidade dos atos e prazos processuais na execução; exaurimento do uso das ferramentas e convênios (BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD) em busca de bens passíveis de penhora, para fins de satisfação do crédito exequendo; se o (a) Juiz (a) ordenou a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada; regularidade da expedição, cumprimento e devolução dos mandados; regularidade dos atos de penhora e praça; manifestação da Procuradoria-Geral Federal (INSS) quanto às contribuições previdenciárias (artigo 879, § 3º, da CLT) e o seu respectivo recolhimento; cumprimento do Provimento 04/2001/TRT;

cumprimento dos ofícios 106 e 108/2010 expedidos pela Corregedoria Regional, que determina o lançamento do código “056” (processo em fase de execução) no sistema informatizado, referente a todos os autos de processo, no momento em que houver a homologação do cálculo de liquidação (PP-00427-2010-000-03-00-1); recomendações constantes do relatório final das atividades da comissão criada pelo Ato GCGJT 006/2010, encaminhado através do ofício eletrônico 03/2011 e Recomendação CGJT 001/2011, divulgada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 16 de fevereiro de 2.011, que ficam fazendo parte integrante desta ata.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00098/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 150 (mais de 10 dias) e f. 154 (mais de 50 dias);
- 00900/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 50 (mais de 20 dias);
- 00848/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 23 (mais de 15 dias) e f. 32 e 93 (mais de 20 dias);
- 02066/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 96 (mais de 90 dias);
- 01029/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 116 e 174 (mais de 100 dias);
- 01303/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 44 (mais de 30 dias); impulso oficial – f. 59 (mais de 20 dias) e f. 79 (mais de 150 dias);
- 00116/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 306 (mais de 30 dias);
- 00042/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 358 (mais de 30 dias) e f. 472 (mais de 20 dias);
- 01644/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 262 (mais de 30 dias).

2.5. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 21 (vinte e um) processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

Foram examinados os autos do processo 00538/10, 01289/11, 00240/11, 01192/11, 00587/06, 00919/11, 00843/11, 00926/11, 00772/11 e 00841/11 e verificados os itens relativos ao motivo do adiamento; ao cumprimento do disposto no artigo 265, IV, *a*, e § 5º, do CPC, e § 7º, do artigo 852-H, da CLT, assim como prazos e atos processuais.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se à Secretaria que realize um controle rigoroso, no que diz respeito aos processos adiados *sine die*, mantendo os processos que assim se encontrem sob constante vigilância e fazendo-os conclusos ao(a) MM. Juiz(a) a cada trinta dias, ou outro prazo razoável, a critério do(a) Juiz(a).

2.6. PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO – Examinados os autos dos processos 01310/11, 01446/11, 01465/11, 01210/10, 01295/11, 00969/11, 01270/11, 01021/11, 00975/11 e 00660/07.

Inspecionaram-se o cumprimento dos comandos dispostos no artigo 832, §§ 3º e 4º, da CLT, a existência de documentos grampeados na contracapa do processo (CTPS, TRCT, CD/SD, etc), bem como atos e prazos processuais.

RESULTADO – Os processos encontram-se em ordem.

2.7. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE CONTRA EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que há 1 (um) inquérito judicial em tramitação nesta Vara do Trabalho, processo 00813/10, o qual encontra-se no TRT.

2.8. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que há 4 (quatro) ações civis públicas em tramitação nesta Vara do Trabalho.

2.9. AÇÃO COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que há 1 (uma) ação coletiva em tramitação nesta Vara do Trabalho.

2.10. PROCESSOS JULGADOS – Examinados os autos dos processos 01087/11, 01187/11, 01805/10, 00927/11, 01500/10, 00460/11, 00156/11, 00881/11, 02032/10 e 01908/10.

Foram objeto de verificação os procedimentos relativos à regularidade da autuação, dos termos, das certidões e dos demais atos da Secretaria; ao cumprimento dos prazos para atos do(a) MM. Juiz(a) (despachos e decisões) e da Secretaria (termos de juntada, certidões, conclusão e registro de carga para o(a) MM. Juiz(a), à correta numeração de

folhas, intimação para contrarrazões); à sentença líquida nos processos de rito sumaríssimo; ao exame do juízo de admissibilidade dos recursos interpostos.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 00881/11: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 211 (mais de 10 dias).

Recomenda-se aos MM. Juízes que, **na medida do possível**, se profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao rito sumaríssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.11. PROCESSOS ARQUIVADOS – Examinados os autos dos processos 01478/06, 01573/08, 01187/09, 01843/08, 01393/11, 00940/10, 01423/10, 01352/10, 01113/10 e 00830/09.

Verificaram-se os procedimentos relativos aos atos e prazos processuais, à regularidade do cumprimento dos acordos e das sentenças; ao recolhimento de todos os encargos devidos; à regularidade do despacho de arquivamento; aos documentos grampeados na contracapa e, no caso de arquivamento provisório, se o ato é precedido de certidão do(a) Diretor(a) de Secretaria atestando que não há depósito judicial ou recursal e que foram esgotados e infrutíferos os meios de coerção do devedor.

RESULTADO: o resultado é o que segue, destacadamente:

- 01478/06: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 138 (mais de 30 dias);

- 00940/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – f. 189 (mais de 20 dias);

- 01352/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 264 (mais de 10 dias);

- 01113/10: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 217 (mais de 120 dias);

- 00830/09: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – f. 237 (mais de 30 dias).

2.12. PRECATÓRIOS – Segundo o sistema informatizado da Secretaria da Vara, não foi expedido precatório no ano em curso, até a presente data.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA DO DIA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA – Apurou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria o seguinte prazo médio para realização de audiências, conforme dados extraídos da pauta do dia 30/08/2011:

- a) rito sumaríssimo:** 12 (doze) dias;
- b) rito ordinário:** 28 (vinte e oito) dias;
- c) instrução:** 58 (cinquenta e oito) dias.

Para audiências futuras, com base no quadro respectivo do sistema informatizado, no dia 30/08/2011, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria apurou a seguinte disponibilidade de pauta:

- a) rito sumaríssimo:** 14 (quatorze) dias (13/09/2011);
- b) rito ordinário:** 21 (vinte e um) dias (20/09/2011);
- c) instrução:** 79 (setenta e nove) dias (17/11/2011).

CORREIÇÃO DE 2010: Na correição realizada em 08/10/2010, apurou-se o seguinte prazo médio:

- a) rito sumaríssimo:** 12 (doze) dias;
- b) rito ordinário:** 9 (nove) dias;
- c) instrução:** 22 (vinte e dois) dias.

A disponibilidade de pauta foi:

- a) rito sumaríssimo:** 11 (onze) dias;
- b) rito ordinário:** 11 (onze) dias;
- c) instrução:** 73 (setenta e três) dias.

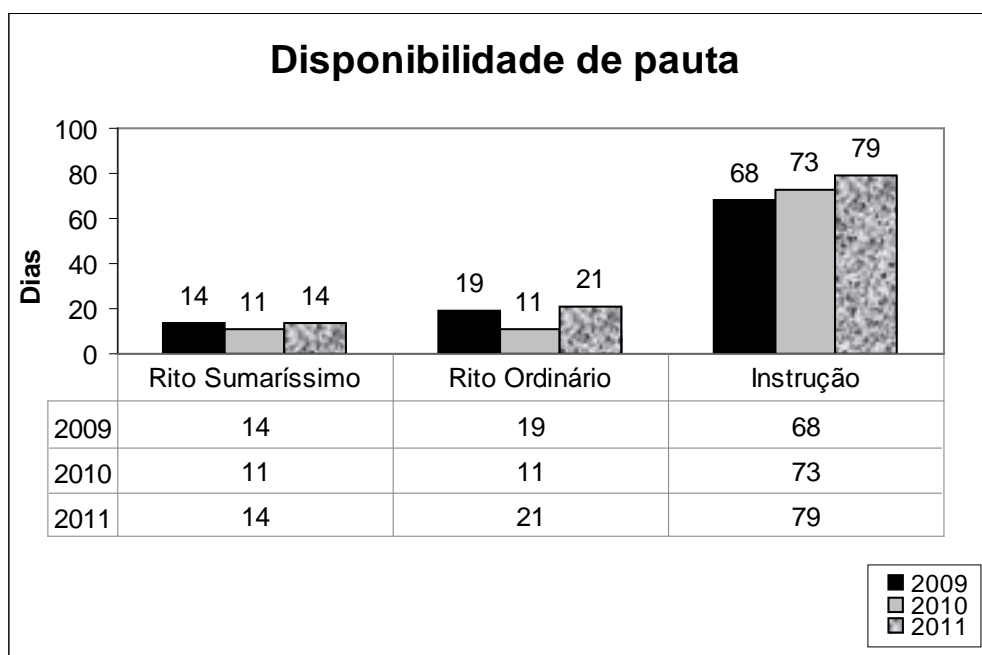
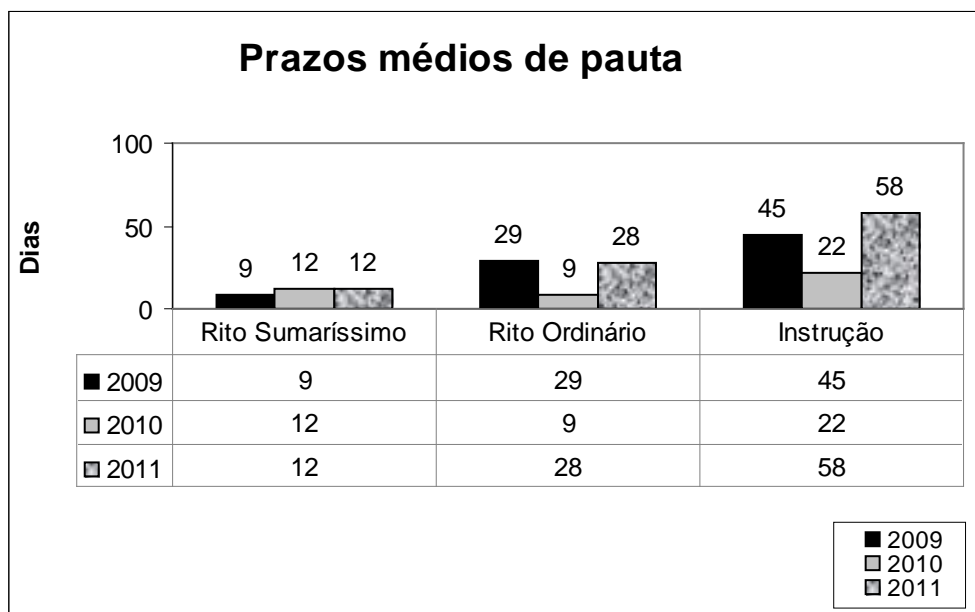
CORREIÇÃO DE 2009: Na correição realizada em 28/10/2009, apurou-se o seguinte prazo médio:

- a) rito sumaríssimo:** 9 (nove) dias;
- b) rito ordinário:** 29 (vinte e nove) dias;
- c) instrução:** 45 (quarenta e cinco) dias.

A disponibilidade de pauta foi:

- a) rito sumaríssimo:** 14 (quatorze) dias;
- b) rito ordinário:** 19 (dezenove) dias;

c) **instrução:** 68 (sessenta e oito) dias.



No ano de 2010, apurou-se que, em 224 dias de expediente forense (segunda a sexta-

feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

- a) sentenças de conhecimento:** 824 (oitocentas e vinte e quatro), média de 3,68 (três vírgula sessenta e oito) por dia;
- b) decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração:** 173 (cento e setenta e três), média de 0,77 (zero vírgula setenta e sete) por dia;
- c) decisões na fase de execução:** 51 (cinquenta e uma), média de 0,23 (zero vírgula vinte e três) por dia;
- d) total:** 1.048 (mil e quarenta e oito) processos conclusos para decisão no período, média total de 4,68 (quatro vírgula sessenta e oito) por dia de expediente forense.

	Ano/2010	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	824	3,68
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	173	0,77
Decisões na fase de execução	51	0,23
Total	1.048	4,68

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – O MM. Juiz desta Vara do Trabalho, em julho de 2011, com 21 (vinte e um) dias úteis, realizou:

- a) audiências de rito sumaríssimo:** 90 (noventa), média de 4,29 (quatro vírgula vinte e nove) por dia;
- b) audiências de procedimento comum:** 56 (cinquenta e seis), média de 2,67 (duas vírgula sessenta e sete) por dia;
- c) audiências de instrução:** 70 (setenta), média de 3,33 (três vírgula trinta e três) por dia;
- d) audiências de tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução:** 57 (cinquenta e sete), média de 2,71 (duas vírgula setenta e uma) por dia;
- e) total de audiências:** 273 (duzentas e setenta e três), média de 13 (treze) por dia.

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Rito sumaríssimo	90	4,29
Procedimento comum	56	2,67
Instrução	70	3,33
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento	57	2,71

e/ou execução		
Total	273	13

No mês de julho de 2011, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, foram proferidas 84 (oitenta e quatro) sentenças de conhecimento, conforme apurado no Quadro III, 23 (vinte e três) sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme item 3 do Quadro II-B. Foram conciliados 50 (cinquenta) processos, conforme se verificou do Quadro III.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria, mediante informação da Diretora de Secretaria, que, nesta Vara do Trabalho, as audiências são realizadas de segunda a sexta-feira, com pauta dupla de segunda a quinta. As audiências iniciam-se nas segundas-feiras às 09h30min e às 13h40min e de terça a sexta-feira às 08h10min e às 12 horas. O intervalo entre as audiências é de 15 (quinze) minutos para as do procedimento sumaríssimo, 1 (um) minuto para as do rito ordinário e de 20 (vinte) minutos para as instruções. São realizadas, em média, 18 (dezoito) audiências por dia.

De acordo com a Sra. Diretora de Secretaria, nesta Vara do Trabalho, são exarados, em média, 920 (novecentos e vinte) despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Há auxílio fixo nesta Vara, desde 16/08/2010, conforme Ato da Presidência deste Regional, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho em 24/06/2010, p. 1 e 2.

Recomendou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria que se observe o que dispõe o artigo 118-B do Provimento Geral Consolidado da Justiça do Trabalho da 3ª Região.

5. PRODUÇÃO – Do total de 2.403 (dois mil quatrocentos e três) processos para solução em 2010, 2.106 (dois mil cento e seis) foram recebidos no ano de 2010, 276 (duzentos e setenta e seis) são processos remanescentes de 2009 e 21 (vinte e um) são processos oriundos de sentenças anuladas. A média de processos recebidos por dia útil foi de 9,40 (nove vírgula quarenta). No ano de 2010, o MM. Juiz solucionou 2.043 (dois mil e quarenta e três) processos, dos quais 797 (setecentos e noventa e sete) foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 85,02% (oitenta e cinco vírgula zero dois por cento).

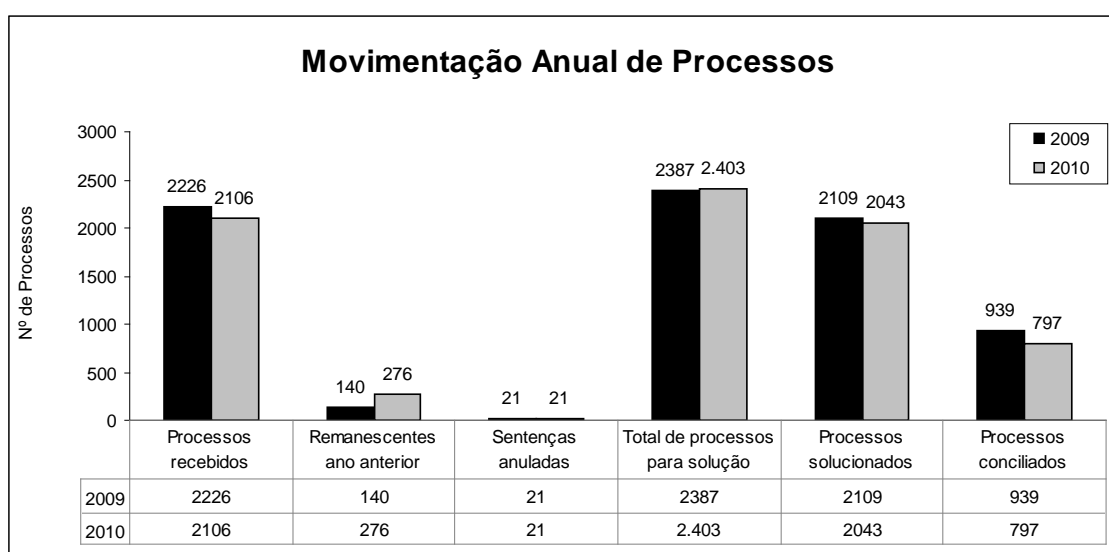
Do total de 2.387 (dois mil trezentos e oitenta e sete) processos para solução em 2009, 2.226 (dois mil duzentos e vinte e seis) foram recebidos no ano de 2009, 140 (cento e quarenta) são processos remanescentes de 2008 e 21 (vinte e um) são processos oriundos de sentenças anuladas. No ano de 2009, o MM. Juiz solucionou 2.109 (dois

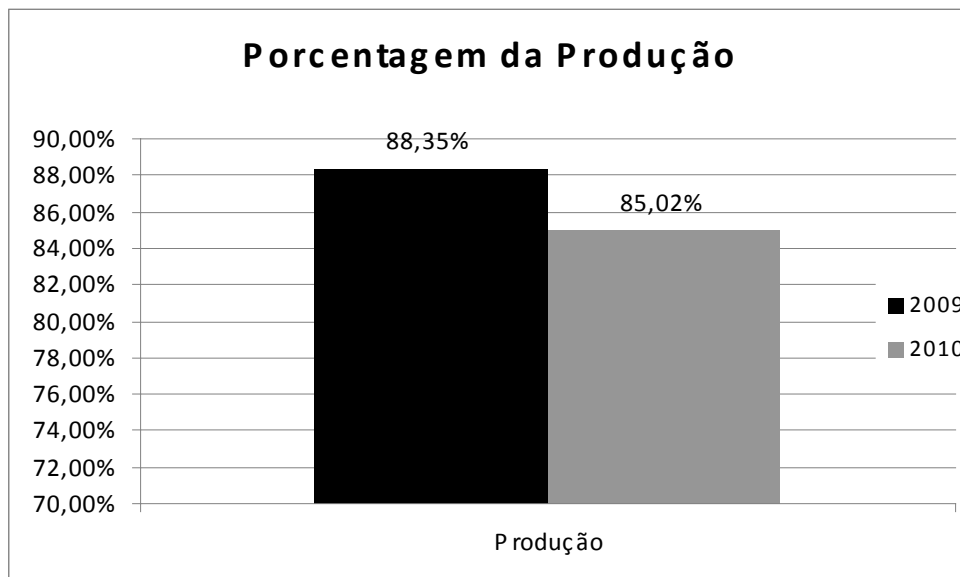
mil cento e nove) processos, dos quais 939 (novecentos e trinta e nove) foram conciliados. Foi registrada uma produção total de 88,35% (oitenta e oito vírgula trinta e cinco por cento).

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 5,39% (cinco vírgula trinta e nove por cento) no número de processos recebidos no ano de 2010. Quanto à produção, verificou-se que em 2010 houve uma diminuição de 3,33% (três vírgula trinta e três por cento).

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos		
	2009	2010
Processos recebidos	2.226	2.106
Processos remanescentes do ano anterior	140	276
Sentenças anuladas	21	21
Total de processos para solução	2.387	2.403
Processos solucionados	2.109	2.043
Processos conciliados	939	797
Produção	88,35%	85,02%





6. ARRECADAÇÃO – Ao exame dos dados estatísticos desta Vara do Trabalho, exercício 2010, acerca da arrecadação da Previdência Social e do recolhimento para a Receita Federal, constatou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria o registro dos seguintes valores:

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.073.637,16	R\$751.540,14

Nas Varas do Trabalho de Sete Lagoas, a média apurada pela Subsecretaria de Estatística da Corregedoria acerca dos valores da Previdência Social importou em R\$1.224.664,86 e do Imposto de Renda em R\$846.029,71. Portanto, constata-se que esta Vara do Trabalho está com os recolhimentos de contribuição previdenciária e de imposto de renda abaixo da média.

Recomenda-se a Sra. Diretora de Secretaria que sejam observados os lançamentos das guias de recolhimento previdenciário e de imposto de renda.

7. PORTARIAS – De acordo com a Sra. Diretora de Secretaria, encontram-se em vigor, nesta Vara do Trabalho, as Portarias 02/1999 e 01/2000 que regulamentam a prática de atos ordinatórios e 01/2010 que regulamenta a intimação dos procuradores das partes.

8. BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD – Durante a correição, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria constatou que o(a) MM. Juiz(a) emprega o

BACENJUD, o INFOJUD e o RENAJUD com o intuito de localizar bens passíveis de penhora. Constatou, ainda, que não havia ordens de bloqueio do BACENJUD pendentes nesta Vara do Trabalho.

9. ATENDIMENTO AO PÚBLICO – Lastreada em pesquisa realizada com os advogados e com os cidadãos, usuários da Justiça do Trabalho, constatou-se, para esta Vara do Trabalho, o seguinte resultado:

ADVOGADOS/CIDADÃOS	AVALIAÇÃO DOS ADVOGADOS/CIDADÃOS
Dr. Robson Carvalho Silva – OAB/MG 48.040	Muito boa qualidade
Dra. Maria Leila Leite – OAB/MG 117.857	Muito boa qualidade
Dra. Telma de Melo Campolina – OAB/MG 47.733	Excelente qualidade
Dra. Elaine Aparecida Teixeira – OAB/MG 60.448	Muito boa qualidade
Sra. Bruna Rafaela Barcelos – CI MG 14.191.617	Muito boa qualidade

10. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria constatou, dentre outros aspectos, a muito boa qualidade no atendimento às partes e aos advogados e a boa organização da Secretaria. Foram examinados 80 (oitenta) autos de processos, sendo que em 19 (dezenove) foi encontrado excesso de prazo.

Observou o Desembargador Auxiliar da Corregedoria que os excessos nos prazos processuais apontados em alguns dos processos analisados, quanto ao despacho de documentos, extrapolam, em muito, o padrão até então verificado nas demais Secretarias das Varas do Trabalho do TRT – 3ª Região.

Recomendou o Desembargador Auxiliar da Corregedoria que sejam os prazos processuais, em especial quanto ao despacho de documentos, melhor observados.

Em conformidade com a RA 51/2010 deste Regional, tendo recebido acima de 2.001 (dois mil e um) processos, a presente Vara deveria contar com 16 (dezesesseis) servidores, contando nesta data com 15 (quinze), portanto, com o seu quadro incompleto.

11. RECOMENDAÇÕES:

Recomenda o Desembargador Auxiliar da Corregedoria que seja(m):

- a) priorizada a tramitação e o julgamento das reclamações trabalhistas que envolvam acidente de trabalho, conforme recomendação do Excelentíssimo Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, contida no OF.CIRC.TST.GP 338/2011;
- b) cumprida, fielmente, a recomendação do Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral

da Justiça do Trabalho CGJT 0002/2010 – TST, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do dia 10.6.2010, p. 16/17, dispondo que “os juízes de primeiro grau que possuem autorização, por motivos relevantes, para residirem fora do local de jurisdição estejam à disposição das partes e advogados ou realizando audiências por, pelo menos, três dias úteis na semana, determinando, ainda, sejam afixadas nas Secretarias dos órgãos judicantes as datas em que os magistrados prestarão atendimento nas Varas, bem assim aquelas em que se encontrarão fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções”;

c) emitido pronunciamento explícito sobre a admissibilidade de recursos ordinários e de agravos de petição, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral;

d) observada a recomendação contida na Ata de Correição Ordinária, realizada em 13/11/09, pelo Excelentíssimo Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Dr. Carlos Alberto Reis de Paula, de que, em havendo Juiz Auxiliar, deverá ocorrer o acréscimo quantitativo em relação aos processos instruídos e julgados pelo Juiz Titular da Vara;

e) estimulada a realização de audiências semanais em processos na fase de execução, nos termos do artigo 77, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, não obstante a Vara já venha adotando tal procedimento;

f) evitada a utilização do sistema BACENJUD, quando se tratar de execução provisória, conforme recomendação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

g) as audiências dos processos sujeitos ao rito sumaríssimo realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT, sendo que a Corregedoria controlará, mensalmente, a fiel observância do mencionado prazo, cuja meta está inserida no planejamento estratégico do TRT/3ª Região;

h) realizado, pela Secretaria, um controle rigoroso, no que diz respeito aos processos adiados *sine die*, mantendo-os sob constante vigilância, fazendo-os conclusos ao MM. Juiz a cada trinta dias, ou outro prazo razoável a critério daquela autoridade;

i) os despachos proferidos, quando do impulso oficial e despachos de documentos, no prazo de 2 (dois) dias, conforme artigo 189 do CPC;

j) colhido o depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).

11.1. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO DE 2010:

O Desembargador Auxiliar da Corregedoria verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

- a) colhido o depoimento das partes antes da expedição de carta precatória inquiritória, consoante recomendação da Egrégia Corregedoria-Geral (artigo 49 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);
- b) os despachos proferidos, quando do impulso oficial, no prazo de 2 (dois) dias, conforme artigo 189 do CPC, evitando que os autos dos processos fiquem paralisados.

O Desembargador Auxiliar da Corregedoria reitera a observância das recomendações acima elencadas.

12. METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO PARA O ANO DE 2011, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

As Metas Nacionais do Judiciário Trabalhista para 2011 são:

Meta 1. Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

Meta 2. Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

Meta 3. Julgar quantidade igual de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.

Meta 4. Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

Meta 5. Criar um núcleo de apoio de execução.

O Desembargador Auxiliar da Corregedoria, desde logo, sem desprezar outras ações específicas que poderão ser adotadas ao longo deste ano, salienta ao MM. Juiz Titular e aos demais, auxiliares ou substitutos, que vierem a atuar perante esta Vara, bem como aos servidores, que cada um deles constitui um co-gestor das metas acima discriminadas, assim como de todas as recomendações e ações indispensáveis à melhoria da tutela jurisdicional, exortando-os, desde já e permanentemente, ao indispensável engajamento e comprometimento institucional, corpo e alma, vocação e dedicação, para que o TRT/3ª Região tudo faça para cumpri-las integralmente, como vem ocorrendo ao longo dos anos, deixando todos nós, a Administração, os

Desembargadores, os Juízes e os servidores, realizados profissionalmente em face de nossa missão constitucional, tão útil e indispensável à paz social e ao equilíbrio das relações trabalhistas.

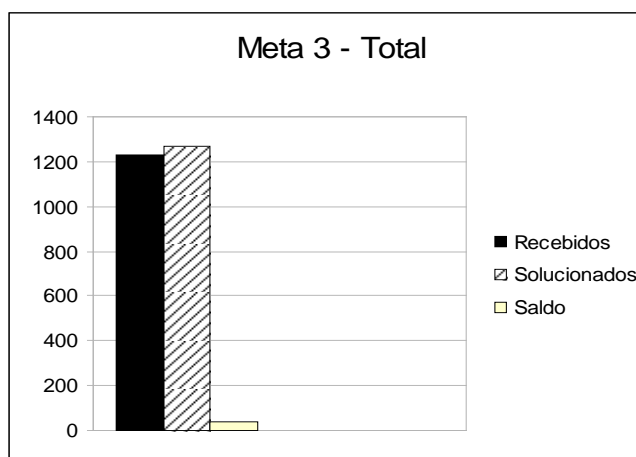
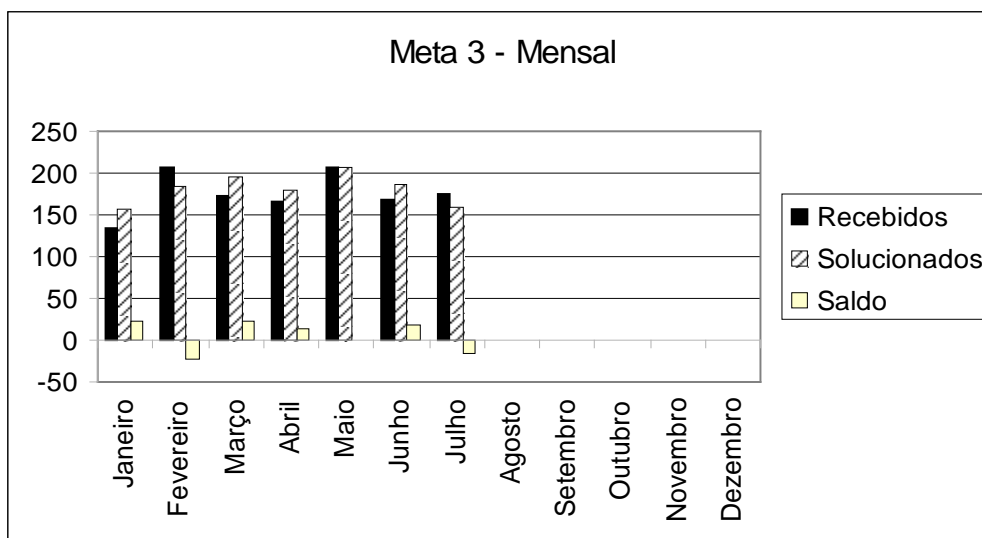
Para que esse nobre objetivo, bem mais alentado do que o anterior, inspiração elevada do Egrégio CNJ, seja novamente alcançado com êxito, o Desembargador Auxiliar da Corregedoria recomenda que a MM. Juíza confeccione um cronograma e informe à Corregedoria Regional, **mensalmente**, via ofício eletrônico, como se encontra e quais são as expectativas da Vara a respeito do cumprimento da **Meta 3**, praticando, dentro de sua esfera de competência, todos os atos necessários ao bom resultado, sugerindo, inclusive, se for o caso, a adoção de medidas que possam contribuir para o fiel e importante atingimento da referida meta pelo TRT/3ª Região, que há décadas e décadas sempre tem se destacado como um dos mais importantes Órgãos do Poder Judiciário do Brasil. O Desembargador Auxiliar da Corregedoria salientou a importância de se cumprir todas as metas, em especial a meta 3 do CNJ e, em nome da administração do TRT, dirigiu um pedido a todos para que mantenham, dia a dia, o foco em todas as metas, dedicando-se intensamente ao seu efetivo cumprimento. por fim, disse que, apenas com a completa e absoluta dedicação de todos, esta “luta” institucional será vencida com a participação de todos, a vitória será certa, e continuaremos sendo grandes e respeitados, bem servindo ao povo, isto é, aos jurisdicionados – justiça de portas abertas, eficiente e eficaz – a quem se dirigem todos os serviços.

Consultando os relatórios estatísticos, constatou o Desembargador Auxiliar da Corregedoria os seguintes dados que retratam a situação da Vara relativamente à Meta Prioritária 3 do CNJ:

META 3 – CNJ

1ª Vara do Trabalho de Sete Lagoas *			
Mês	Recebidos	Solucionados	Saldo
Janeiro	134	157	23
Fevereiro	206	184	-22
Março	173	195	22
Abril	165	179	14
Maio	207	207	0
Junho	168	186	18
Julho	175	158	-17
Agosto	0	0	0
Setembro	0	0	0
Outubro	0	0	0
Novembro	0	0	0
Dezembro	0	0	0
Total	1228	1266	38

* Dados conforme tabela estatística de "movimento processual das Varas do Trabalho" disponível no sítio do TRT 3ª Região



No tocante às Metas Nacionais do Judiciário, para o ano de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, todos os dados do TRT/3ª Região encontram-se no sítio do referido Conselho (www.cnj.jus.br), podendo ser acessado por qualquer cidadão.

13. CONTROLE DE GASTOS E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

No que se refere ao controle de gastos e preservação do meio ambiente, porque prene, enfatiza o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria a importância de continuidade da observância das recomendações previstas nas Metas Nacionais Prioritárias 6 e 10, do ano de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, quais sejam:

Meta Prioritária 6: reduzir pelo menos 2% o consumo *per capita* com energia, telefone, papel, água e combustível;

Meta Prioritária 10: realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre órgãos do Poder Judiciário.

O Desembargador Auxiliar da Corregedoria, diante da necessidade de economia inserida nos objetivos da Administração, recomendou que a Vara do Trabalho continue empenhada na manutenção do controle de seus gastos.

O TRT/3ª Região, em atendimento à Recomendação 11, do Conselho Nacional de Justiça, de 22 de maio de 2007, instituiu a Comissão Permanente de Gestão Ambiental para planejamento e adoção de medidas públicas voltadas para a formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, bem como a conscientização dos servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção do meio ambiente.

Ressalta, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria em consideração ao consignado na ata da 4ª Reunião Ordinária do Coleprecor, seja observada a Instrução Normativa 01/2010 do TRT/3ª Região, no que tange ao limite de impressão de arquivos recebidos, através do sistema e-DOC, respeitando-se o limite de 20 folhas ou 40 páginas frente e verso.

Reforça o Excelentíssimo o Desembargador Auxiliar da Corregedoria que as Varas e os Foros se abstenham de fazer a remessa de boletins estatísticos à Secretaria da Corregedoria Regional, via postal, com Aviso de Recebimento (AR), devendo tal expediente ser encaminhado por meio do envelope reutilizável de expediente interno, via malote.

Diante das medidas adotadas por este Tribunal, visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente, recomendo: a) realizar, anualmente, o Dia do Descarte, conforme Portaria 97/2008 do TRT/3ª Região, em atendimento à recomendação do Ministro Corregedor da Justiça do Trabalho, encaminhando o relatório do descarte para a Comissão Permanente de Gestão Ambiental; b) formalizar a doação dos resíduos recicláveis junto às entidades, associações e/ou cooperativas que se responsabilizem pela utilização do material para a devida reciclagem; c) quando houver necessidade de impressão de um documento, optar pela utilização da Ecofonte na sua digitação e utilizar, preferencialmente, a impressão em frente e verso. Para informações sobre a configuração da ecofonte e impressão em frente e verso, acessar o *site* “Ambiente Legal”; d) optar pelo contracheque virtual e imprimir o documento apenas quando for necessário; e) manter atualizado o controle de bens permanentes a fim de facilitar o inventário anual, conforme determinado no Ato Regulamentar 07, de 30 de outubro de

2008.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – O Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria estimou que a Secretaria da Vara mantenha e aprimore cada vez mais a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento de sua missão institucional, prevista na Constituição da República Federativa do Brasil.

Ressaltou, ainda, o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo seio e interior precisam ser expostos para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Dada a palavra aos presentes, o MM. Juiz Auxiliar, Dr. Geraldo Magela Melo, ressaltou a ausência de acessibilidade para deficientes físicos em um prédio de 3 (três) andares, com inúmeros acidentados do trabalho, o que prime por uma solução imediata.

Tendo em vista a manifestação do MM. Juiz Auxiliar, oficie-se à Presidência e à Diretoria-Geral para ciência acerca da ausência de acessibilidade dos deficientes físicos às dependências do Fórum Trabalhista de Sete Lagoas e para providências que entender cabíveis.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria não recebeu reclamação alguma de advogados ou partes quanto aos serviços prestados por esta Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos às quinze horas e trinta minutos do dia vinte de outubro de 2011, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, **Lucas Fernandes Viana** _____, Diretor da Secretaria da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, observada a recomendação da Comissão de Gestão Ambiental, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria, pelo MM. Juiz do Trabalho Titular e pela Diretora de Secretaria que deverá colher a assinatura dos servidores da Secretaria na cópia que ficará sob sua guarda. A equipe da Corregedoria que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Auxiliar da Corregedoria, além do Sr. Diretor da Secretaria acima nominado, foi composta pelos servidores Gilmaria Rodrigues Rosa e Luciano Damásio Soares.

Fernando Antônio Viégas Peixoto
Desembargador Auxiliar da Corregedoria do TRT/3ª Região

Cléber José de Freitas
Juiz do Trabalho Titular

Geraldo Magela Melo
Juiz do Trabalho Auxiliar

Nadege da Silva Vieira
Diretora de Secretaria

Adriana da Costa Dornelas

Andréa de Jesus Carvalho

Andréia Soares Pacheco

Cláudia Reis de Almeida Maciel

Diana Sara de Araújo Abreu

Eliana de Melo Guimarães Rodrigues

Elmar Daniel da Fonseca

Evandro Diniz Silveira

Frederico Dênis da Rocha Cota

Helena Maria Santos

Jacqueline Maria Avelar Fernandino

Lúcia Maria Fernandes da Silva Cota

Maria José Leão França Cota

Rogéria Cristine de Souza